

no pátio fronteiriço ao edifício da Assembléia, que por ocasião do Natal, talvez fosse possível dar aos professores a sua lei de aumento de vencimentos. Já passou o Natal, o Ano Novo e o dia de Reis e estamos prestes a entrar em recesso. Que esta Assembléia não deixe de votar o Projeto de lei n.º 1.048, que atende aos professores, antes de ir cada um de nós para a sua casa, num merecido repouso que a nossa tarefa diuturna deste Parlamento reclama.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Eduardo Barnabe.

O SR. EDUARDO BARNABÉ — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana expediu o seguinte comunicado, assinado pelo seu presidente, deputado Eduardo Barnabé.

"A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, fiel aos seus propósitos de bem defender e orientar a classe que representa, deu início há vários meses a uma campanha, de enorme âmbito, visando obter para os servidores da Companhia Mogiana, a partir de janeiro de 1962, um aumento mínimo de quarenta e cinco por cento.

O movimento encontra bases legais e tem apoio na equidade. Todas as classes de trabalhadores de São Paulo e de Campinas, que instauraram dissídios coletivos, em fins de 1961, visando melhoria salarial, tiveram vitórias as suas pretensões quer através de acordos, quer pelo pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho. E o aumento conseguido, tendo em vista estatísticas referentes aos índices de majoração do custo de vida, foram na base mínima de quarenta e cinco por cento. Convém recordar que a Justiça assim se manifestou mesmo quando nos autos, os empregadores procuravam justificar-se com incapacidade financeira ou mediante argumento de natureza semelhante. A verdade, porém, é que, com o brutal e crescente aumento do custo de vida, registrado nos últimos meses, o reajuste dos vencimentos é um imperativo inadiável e que se torna necessário para não perecimento da classe, que já não pode mais, com os salários atuais, fazer face ao preciso equilíbrio para satisfazer às mínimas necessidades vitais suas e de sua família.

No caso particular a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, é ela uma empresa da qual o governo do Estado mantém a maioria das ações, competindo assim, a elementos de confiança do chefe do Executivo, dirigir a ferrovia, imprimindo a ela a orientação que for dada pelas autoridades superiores. O Estado de São Paulo, ninguém ignora, além de atravessar fase financeira auspiciosa, é um dos mais prósperos, senão a mais próspera unidade da Federação brasileira. Não caberá portanto argumento algum de ordem econômica, por parte do Estado, para impedir o aumento de salários de quarenta e cinco por cento que era se pleiteia.

Entendemos, mesmo, que esse mínimo deve ser concedido não só aos servidores da Mogiana, mas também aos que emprestam sua colaboração às demais estradas de ferro integradas no sistema estadual: Companhia Paulista, Sorocabana, Araraquarense, São Paulo e Minas, Bragantina e Campos do Jordão.

Este Sindicato já telegrafou, no início deste mês, ao Professor Carvalho Pinto, ao Secretário da Viação, Sr. Francisco Machado de Campos, bem como ao Presidente da Companhia Mogiana, Dr. Arnaldo Mendes Freitas, expondo a solicitação de quarenta e cinco por cento, a contar de 1.º de janeiro de 1962. Temos também estado em constante contacto telefónico, e mesmo pessoalmente, com as referidas autoridades, além de ocuparmos constantemente a tribuna da Assembléia Legislativa, visando a vitória da causa que abraçamos, e que é justa e oportuna.

Aguardamos confiantes uma resposta favorável de S. Exas. e, na hipótese de ser ela contrária, envidaremos, dentro da ordem e da lei, medidas que possibilitem a concretização da reivindicação mínima da classe ferroviária.

Era o que tinha a dizer. (muito bem)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Vicente Botta.

O SR. VICENTE BOTTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, novo acontecimento de extrema gravidade acaba de ser denunciado pela imprensa, em telegrama vindo da Guanabara. Trata-se da existência de consideráveis estoques de gêneros de primeira necessidade, pertencentes ao governo, e que estão se deteriorando nos locais de estocagem, naquela antiga Capital da República. Tendo em vista esse criminoso descaso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio enviou expressivo memorial ao Presidente da República, com o apelo para que seja ordenado, pelo governo, o transporte das quantidades que ainda podem ser aproveitadas, para as diversas regiões do país, onde existem postos do SAPS e por estes devidamente distribuídas. A nota da CNTC diz, com toda razão, que "enquanto as classes menos favorecidas são esmagadas pela carestia, tais estoques deveriam ser imediatamente transportados para os grandes centros consumidores, a fim de serem vendidos a baixo preço aos trabalhadores". Nada mais justo do que esse apelo que é feito pela prestigiosa entidade que representa os trabalhadores comerciais, ao governo da República, cujas providências não deverão tardar mais, no interesse das classes consumidoras menos abastadas e da própria administração do país. O mais grave é que os gêneros de primeira necessidade, denunciando deterioração, e que estão apodrecendo nos armazéns da antiga Capital do país, foram adquiridos pelo Banco do Brasil e inexplicavelmente abandonados naqueles locais. Não pode haver justificativa para um descaso de tal natureza. Os culpados pela criminosa situação desses produtos não podem deixar de serem chamados à responsabilidade, pois incorreram em falta gravíssima, ocasionando prejuízos vultosos ao erário nacional e ao consumo popular. O mais chocante de toda esta terrível denúncia é que o problema se repete com frequência, depondo, evidentemente contra o prestígio do Poder Público. Uma sindicância rigorosa e enérgica, no caso dos estoques de mercadorias abandonadas nos armazéns do Rio, seria medida aconselhável, a fim de se localizarem responsabilidades e de serem ressalvados, em última instância, os interesses do povo brasileiro. Sem esta energia o descaso não poderá o Governo Federal levar para diante o programa administrativo que se propôs efetuar.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, tomou posse hoje a nova diretoria, em outras palavras, a Mesa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Um dos seus pronunciamentos categóricos foi a necessidade de uma Faculdade de Medicina para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Entendo, Sra. Presidente e Srs. deputados, ser da mais alta importância esta iniciativa da Mesa da Santa Casa. Aliás, presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito que fez o levantamento relativo às Faculdades de Medicina, cheguei à conclusão, juntamente com a Comissão citada, de que seriam necessárias mais duas faculdades de medicina de âmbito estadual e uma federal em São Paulo, sendo uma, por certo, instalada na Santa Casa de Misericórdia.

Encaminhei neste instante ao Sr. Ministro da Educação, Sr. Oliveira de Brito, ofício consubstanciando o desejo de São Paulo de obter da República uma universidade de estudo superior de medicina, e tenho certeza de que o Sr. Ministro da Educação, ao proceder aos estudos necessários, estará em vias de deliberar favoravelmente sobre esta medida. Tendo a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, publicamente, agora, através de sua Mesa diretora, estabelecido um critério de trabalho para conseguir a faculdade de medicina, tenho para mim que devo congratular-me com a iniciativa e ponderar que esta Assembléia estará favorável à medida e continuará a luta nesse sentido.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, desejamos nesta oportunidade, manifestar nosso entusiasmo pela medida tomada pelo ilustre Governador Carvalho Pinto, no sentido de enviar a esta Casa de uma Mensagem que concede salário-família para o pessoal para obras, na ordem de setecentos cruzeiros.

S. Exa., ao produzir mais este ato, revela sua sensibilidade de sentido humano no atendimento das classes menos favorecidas. Não poderíamos deixar de trazer nosso entusiasmo e o entusiasmo de nossa bancada por mais esta conquista dos chamados "P.O." e juntar nossa palavra à palavra do nobre deputado Avalone Júnior, que reflete o pensamento desta Casa, que de há muito vinha solicitando esta medida, agora atendida pelo Sr. Governador.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa

O SR. JOSÉ COSTA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente,

Srs. deputados, será iniciada hoje em São Paulo a campanha da educação de trânsito promovida pelo Rotary Clube de São Paulo.

A respeito desse oportuno movimento acabo de receber uma carta-convite daquela entidade, nos seguintes termos:

(Lê) "Ilmo. Sr. Deputado José Costa. — Presidente Comissão de Obras, Transportes e Comunicações. — Prezados Senhores:

Que acha do trânsito em São Paulo? Quantos acidentes julga que ocorreram e vão ocorrer hoje? Quantas crianças foram estupidamente vitimadas? Quantos adultos?

Tais perguntas vêm cada vez mais à mente de todos os que têm uma parcela de responsabilidade, grande ou pequena, junto à nossa comunidade.

O trânsito em São Paulo é um problema que ganha contornos cada vez mais angustiantes e dramáticos. Não só provoca acidentes, como ocasiona perda inútil de tempo e um custo elevadíssimo de entrega de mercadorias. Aflição ao rico e ao pobre, ao comércio e à indústria, a toda a coletividade.

Esse problema, contudo, pode ser atenuado, pode ser minorizado, pois, mais que o traçado difícil de nossa cidade, tem por maior responsável o próprio homem ao volante, uma maioria imensa de motorista que desobedece, sistematicamente, às mais comúns regras de tráfego.

Temos que fazer alguma coisa. Vamos fazer alguma coisa. Os Rotary Clubes de São Paulo, juntamente com a Imprensa, o Comércio, a Indústria, as Classes Conservadoras — inclusive com a cooperação das Autoridades — querem contribuir, dar o primeiro passo para enfrentar o problema.

Confiamos a uma das mais conceituadas agências brasileiras, a "Standard Propaganda S. A.", a tarefa da preparação de uma ampla campanha de propaganda e promoção visando atingir ao nosso motorista e melhorar o seu comportamento.

Autoridades em psicologia e problemas do trânsito foram ouvidas, as obras mais recentes escritas em todo o mundo sobre o assunto foram consultadas para elaboração desse trabalho.

E essa a campanha que queremos apresentar à imprensa falada e escrita. Convidamo-lo a apresentação oficial que terá lugar no dia 10 de Janeiro, às 18.00 horas, no Salão de Festas do Jardim de Inverno Fasano. Contamos com sua presença porque São Paulo conta com sua colaboração.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Nogueira Filho.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, tomo a liberdade de ocupar esta tribuna para chamar a atenção do Sr. Secretário da Educação para a necessidade de serem instalados os ginásios de Briuna, Iacri e Herculanidia. Tive a honra e o prazer de participar como autor ou como decidido colaborador na aprovação dos projetos de lei que criaram tais estabelecimentos de ensino.

Trata-se de 3 municípios, alguns mais novos e outros mais antigos, pequenos municípios, porém, altamente progressistas. Estão-se transformando em cidades que estão a oferecer às suas populações toda sorte de conveniências que a vida moderna proporciona aos cidadãos. Mas, no setor do ensino é onde percebe a ação governamental, nessas três unidades.

Por isso mesmo chamo a atenção do ilustre Secretário da Educação, para que desde já tome as devidas providências, a fim de que tais estabelecimentos de ensino passem a funcionar este ano, porquanto os três municípios têm conclusões de curso primário suficientes para que lá se instale essa outra conveniência, que é o ensino ginasial. Se por acaso encontrar o Governo dificuldade para instalação dos ginásios, os prefeitos dessas unidades, as Câmaras Municipais, os seus presidentes, todos eles estão dispostos a dar a mais ampla colaboração ao Estado, pondo à disposição locais adequados à instalação provisória desses ginásios, enquanto se constroem os edifícios indispensáveis, definitivos.

E o apelo que faço ao Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Governador do Estado.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, teremos este ano, se o tempo o permitir, uma safra excepcional de algodão, que avaliamos em mais de 220 milhões de quilos, o que viria desafogar um pouco o desequilíbrio de nossa balança comercial.

Entretanto, é mister que o Governo Federal atualize os preços mínimos, elevando para Cr\$ 700,00 a arroba de algodão em caroço, que ainda está em desacordo com a paridade internacional.

Também apelamos para que o Governo Federal autorize o Banco do Brasil a financiar o algodão beneficiado, para que os industriais possam iniciar em março as compras dos lavradores, que estão ansiosos para que se atualizem os preços do produto.

— (Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, pronunciamento afoito e imprudente acaba de fazer ao povo de São Paulo o atual prefeito, Dr. Prestes Maia, procurando atirar à responsabilidade de seu antecessor, o ex-Prefeito Adhemar de Barros, a falta de eleições em Osasco. Ora, Sr. Presidente e Srs. deputados, como é notório e do conhecimento geral, quando administrava a cidade de São Paulo, o Sr. Adhemar de Barros, em consonância com a responsabilidade do administrador, que deve, acima de tudo, procurar defender e manter a integridade territorial do município que administra, S. Exa., em tempo hábil, inclinou gestões nesse sentido. Isso há quase 2 anos ou a mais de 2 anos. Eis que, agora, quando o ex-Prefeito Adhemar de Barros é um simples cidadão, por sinal um cidadão paulistano, por delegação da Câmara Municipal há pouco tempo, vem o Sr. Prestes Maia, numa manobra censurável, às vésperas do pleito, quando no decorrer da campanha eleitoral conseguiram as várias correntes políticas e os vários candidatos a Prefeitura de Osasco formar uma corrente de opinião pública em torno da imperiosa e absoluta necessidade de sua autonomia, o Prefeito Prestes Maia viola esse anseio da população de Osasco, nas vésperas das eleições, decepção toda uma população, através de uma manobra jurídica, condenável pela sua forma sub-reptícia. E, nesta altura, quando o povo de Osasco protesta junto às autoridades competentes, num movimento cívico que devemos enaltecer, o Sr. Prefeito Francisco Prestes Maia ainda mais uma vez decepcionando, pois, de forma inverídica, procura responsabilizar seu antecessor, que nada tem a ver com isso tudo que aí está; que, quando prefeito, tomou providências em tempo hábil, mas incapaz seria de uma manobra soez como a que assistimos, onde um prefeito, na véspera do pleito, decepção toda uma população, através de providência censurável sob todas as formas.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murillo de Souza Reis.

O SR. MURILLO SOUZA REIS — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, festeja-se na data de hoje o 14.º aniversário de fundação da Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo.

Para comemorar essa data foi escolhida a cidade de Jundiá, onde está sediado o destacamento da Polícia Rodoviária, com o nome de "Anhangüera".

Estiveram presentes a essa solenidade vários deputados e Secretários de Estado. Em cuja ocasião foi lido o Boletim Especial n.º 1, que requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, seja publicado no "Diário Oficial".

Requeremos também seja consignado na Ata dos nossos trabalhos de hoje voto de congratulações à Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo, pelo transcurso do décimo quarto aniversário de sua fundação, que representa quatorze anos de bons serviços prestados à coletividade paulista.

Q Boletim a que me referi está assim redigido:

"Força Pública do Estado de São Paulo

Corpo de Policiamento Rodoviário

Boletim Especial n.º 1

São Paulo, 10 de janeiro de 1962

Publico para conhecimento do C. P. R. e da POC e devida execução, o seguinte:

Aniversário da Polícia Rodoviária

Há 14 anos era criada a nossa querida e conceituada Polícia Rodoviária, consoante Decreto n.º 17.686, de 10-1-1948